

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

LETÍCIA VOLPATO

**OS EMBATES, AVANÇOS E RETROCESSOS DA
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR COMO ELEMENTOS CRÍTICOS E
NORTEADORES DO TIPO DE PRÁTICAS REALIZADAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

MARINGÁ

2013

LETÍCIA VOLPATO

**OS EMBATES, AVANÇOS E RETROCESSOS DA
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR COMO ELEMENTOS CRÍTICOS E
NORTEADORES DO TIPO DE PRÁTICAS REALIZADAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial para a obtenção do grau de
licenciado em pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina de Jesus
Chicarelle

MARINGÁ

2013

LETÍCIA VOLPATO

**OS EMBATES, AVANÇOS E RETROCESSOS DA ORGANIZAÇÃO
CURRICULAR COMO ELEMENTOS CRÍTICOS E NORTEADORES DO TIPO DE
PRÁTICAS REALIZADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial para a obtenção do grau de
licenciado em pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina de Jesus
Chicarelle

Aprovado em 05/11/2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Regina de Jesus Chicarelle - UEM
(Orientadora)

Prof.^a M.^a Luciana Grandini Cabreira – UEM

Prof.^a M.^a Rubiana Brasília Santa Barbara – UEM

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, da saúde, do amor e da sabedoria e por me conceder a oportunidade de realizar mais essa tarefa, me dando ânimo e luz nos momentos mais difíceis.

Também agradeço a minha mãe e ao meu pai por me incentivarem e me apoiarem nas horas em que necessitei, pelas palavras de carinho e amor, que sempre me motivaram durante toda a graduação, obrigada pelo apoio incondicional, amo muito vocês!

Aos meus irmãos Gislaine e Luiz Eduardo que junto com suas famílias me apoiaram durante essa jornada e me incentivaram a superar as dificuldades.

Agradeço por poder contar com a orientação da Prof.^a Dr.^a Regina de Jesus Chicarelle, pelas inúmeras horas a meu lado, tecendo comentários, auxiliando na redação e encorajando na superação das dificuldades, sempre com carinho e atenção por esse trabalho.

Não poderia deixar de agradecer às colegas de turma pela amizade, sinceridade e companheirismo durante a graduação.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente contribuíram com carinho e atenção durante a construção desse trabalho.

VOLPATO, Letícia. Os embates, Avanços e Retrocessos da Organização Curricular como elementos críticos e norteadores do tipo de práticas realizadas na educação infantil. 2013. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, 2013.

RESUMO:

Letícia Volpato¹
Universidade Estadual de Maringá

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre a organização curricular na Educação Infantil, focando as pesquisas realizadas por autores sobre conteúdos que as instituições escolares desenvolvem. Para conhecer o tema foi necessário organizar o campo das teorias sobre a educação e o currículo, para que fosse possível analisar a organização curricular, por meio dos embates, avanços e retrocessos que objetivam as práticas realizadas, assim como a relação ensino-aprendizagem dos conteúdos aplicados. Realizamos uma análise bibliográfica e documental de dois projetos políticos pedagógicos, baseados em teóricos como Vigotsky; Veiga; Paschoal; Rocha; Oliveira-Formosinho, Kishimoto, Pinazza & Cols; Chicarelle; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e os Parâmetros Curriculares Nacionais, elementos críticos e norteadores das práticas realizadas neste nível de ensino. Também abordamos a importância do projeto político pedagógico de acordo com o contexto e o meio em que a criança está inserida, questionando se os conteúdos são desenvolvidos de fato e como são aplicados. Na realização deste trabalho foi possível constatar que o professor exerce um papel fundamental, tornando-se o elo de ligação entre a escola e a família, a fim de que possibilite ao aluno a participação nas atividades escolares, promovendo experiências bem sucedidas e condizentes com o projeto político pedagógico e o planejamento escolar, na busca da formação e do desenvolvimento pleno do educando.

Palavras-chave: Currículo. Organização. Aprendizagem.

¹ Acadêmica do 4º ano de graduação do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

VOLPATO, Leticia. Collisions, Advances and Regressions in Curricular Organization as critical and guiding elements of the type of realized practices in pre-school. 2013. 27 f. Course Conclusion paper (Pedagogy Graduation) – in Universidade Estadual de Maringá, 2013.

ABSTRACT:

Leticia Volpato²
Universidade Estadual de Maringá

This paper presents a reflection concerning the organization of the curriculum in pre-school, focusing on researches conducted by authors about the content that educational institutions develop. To know about the theme it was necessary to organize the field of theories about education and curriculum, so that it would be possible to analyze the organization of the curriculum, through the conflicts, advances and retreats aimed at practices performed, as well as the teaching-learning relationship of the contents applied. We have done a documental analysis on two political-pedagogic projects, punctuating general aspects about the type of contents and its possible applicability. This study is also bibliographical, having as theoretical references authors such as Vygotsky; Veiga; Pascoal and Rocha, Oliveira-Formosinho, Kishimoto, Pinazza & Cols; Chicarelle, National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education and the National Curriculum Parameters, critical and guiding elements of the practices performed at this level of education. We also discussed the importance of the political-pedagogic project according to the context and environment in which the child is involved, questioning whether the contents are developed and how they are applied. In this work it was possible to certify that the teacher plays a fundamental role, becoming the link between the school and the family, in order to enable the student to participate in school activities, promoting successful and consistent with the political-pedagogic project experiences as well as with the school planning, in the pursuit of education and full development of the learner.

Keywords: Curriculum. Organization. Learning.

² Student of The 4th year of Pedagogy in Universidade Estadual de Maringá.

INTRODUÇÃO

A educação infantil, considerada a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, fase em que demanda um grande conhecimento dos conteúdos e currículos escolares por parte dos profissionais a fim de atenderem as necessidades e as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças neste ambiente de educação. Essa etapa da educação básica, passou por um longo processo até chegar onde está atualmente. No início as instituições que abrigavam as crianças tinham justamente este objetivo: o de cuidar, proteger as crianças enquanto as mães trabalhavam. As primeiras instituições, na Europa, foram fundadas com esta finalidade, mas, já iniciavam alguns trabalhos pedagógicos que, com o decorrer do tempo, foram se tornando práticas pedagógicas aplicadas especificamente para as crianças da educação infantil.

Neste contexto, o presente trabalho apresenta algumas considerações sobre “a organização curricular na educação infantil”, focando as pesquisas para os conteúdos que estes centros desenvolvem, realizamos ainda, uma análise bibliográfica e documental de dois projetos políticos pedagógicos, onde um deles é Municipal e o outro é Estadual, ambos são públicos e gratuitos, porém com conceitos e regras diferenciadas.

Para construir sobre o tema foi necessário organizar o campo das teorias sobre a educação e o currículo, trazendo reflexões para a educação infantil. Analisar a organização curricular, por meio de seus avanços e retrocessos, objetivam as práticas realizadas e também a relação ensino-aprendizagem dos conteúdos aplicados. A pesquisa possui também alguns objetivos específicos na qual pretende-se analisar a história da educação infantil, suas práticas realizadas e a importância do projeto político pedagógico na organização do currículo e dos conteúdos escolares no decorrer da história da educação infantil.

Portanto, a infância é um período de grande desenvolvimento para a criança: físico, psicológico, cognitivo, afetivo, social. Pois, para compreender a importância do processo educativo o trabalho apresenta uma reflexão sobre a organização dos conteúdos curriculares na educação infantil.

Vale ressaltar que a criança vive um momento específico de sua existência e como tal necessita do planejamento do conteúdo de ensino e que o mesmo seja transformado em habilidades, ou seja, deve ser oportunizado aos alunos em forma de vivências.

Por meio dos projetos políticos pedagógicos de duas instituições, é possível apontar que ambos possuem pilares fundamentais para a Educação Infantil, como os valores morais e sociais, a socialização do conhecimento e as relações didáticas pedagógicas. Enfim, proporcionar às crianças condições adequadas para o bem estar, ampliando experiências e desenvolvendo capacidades de apropriação do conhecimento, no intuito de contribuir para a formação de crianças.

Dessa forma, a Instituição escolar tem o compromisso de trabalhar com os conteúdos de acordo com a faixa-etária de cada criança, para um melhor desenvolvimento intelectual. Estes conteúdos devem, portanto, estarem de acordo com o contexto e o meio em que a criança está inserida, pois, por meio de uma educação de qualidade é que a escola desenvolve as potencialidades de cada criança.

Portanto, é necessário que o professor seja mediador da aprendizagem, tendo em vista que o educar, o cuidar e o brincar é um processo importante e fundamental para a formação e o desenvolvimento da criança. Em razão disso, Vigotsky (2001), destaca que é a partir da relação da criança com o outro que ocorre a apropriação da linguagem interior. É preciso considerar também a importância da discussão das propostas curriculares, pois tem havido significativa mudança na forma de como hoje se compreende a função social e política desse nível de ensino e a concepção de criança e seu processo de aprendizado e desenvolvimento. Assim, neste cenário da educação infantil, é possível levantar as seguintes questões problematizadoras: Os conteúdos são desenvolvidos de fato? E como são aplicados?

Neste sentido, os questionamentos ressaltam a necessidade das crianças acerca dos conteúdos no processo de ensino-aprendizagem, afim de buscar reflexões e possíveis concepções sobre o tema que norteado por autores como Veiga (2002), discutem a importância do Projeto Político Pedagógico entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo; Rocha (2001) expõe a pedagogia e a educação infantil como uma possibilidade de indagação, análise da realidade e os conceitos de cada criança; Paschoal (2009)

relata a história da educação infantil no Brasil, onde os avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional nos ajuda a compreender ao longo da história como a educação infantil evoluiu em suas práticas pedagógicas.

Para construir sobre o tema da organização curricular foi necessário analisar e compreender o campo das teorias na educação infantil assim como seus conteúdos que, unidos à prática objetivam o processo de aprendizagem e desenvolvimento pleno da criança. Contudo, por meio desta produção, o objetivo maior é analisar a organização curricular na educação infantil, por meio de seus embates, avanços e retrocessos, a fim de perceber os tipos de práticas realizadas e a relação ensino-aprendizagem por meio dos conteúdos aplicados.

A organização curricular se depara em alguns momentos com a dificuldade de modificar os conteúdos teóricos em atitudes que sejam eficientes para o processo educativo e também comprometido com os valores de transformação social. Sendo assim, será coerente sugerir neste trabalho alguns elementos que possam contribuir para a compreensão da organização curricular nas suas dimensões legal e teórica.

A EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTEXTO HISTÓRICO

A educação infantil passou por muitas modificações, avanços e retrocessos, mas ainda será necessário percorrer um longo caminho para que realmente seja efetivada, garantindo a formação de qualidade nos primeiros anos de vida da criança.

Conforme Paschoal (2009), a preocupação da sobrevivência das famílias mais pobres, o surgimento do trabalho nas indústrias, o fato das mães começarem a sair de casa para trabalhar e os filhos não terem onde ficar, ocasionaram a criação das primeiras instituições que acolhiam e cuidavam das crianças pequenas:

As primeiras instituições na Europa e Estados Unidos tinham como objetivos cuidar e proteger as crianças enquanto às mães saíam para o trabalho. (...) As creches, escolas maternais e jardins de infância tiveram, somente no seu início, o objetivo assistencialista, cujo enfoque era a guarda, higiene, alimentação e os cuidados físicos das crianças (PASCHOAL, 2009, p.80).

A autora ainda afirma, que no Brasil as creches, tinham somente caráter assistencialista cuidando dos órfãos e crianças abandonadas, mas com o decorrer do tempo, houve a necessidade de que as mesmas atendessem todas as crianças, independente de classe social, dessa forma foi necessário a implantação de leis para que de fato isso acontecesse, pois,

[...] já na década de oitenta, diferentes setores da sociedade, como organizações não-governamentais, pesquisadores na área da infância, comunidade acadêmica, população civil e outros, uniram forças com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre o direito da criança a uma educação de qualidade desde o nascimento. Do ponto de vista histórico, foi preciso quase um século para que a criança tivesse garantido seu direito à educação na legislação, foi somente com a Carta Constitucional de 1988 que esse direito foi efetivamente reconhecido (PASCHOAL, 2009, p. 85).

Para a autora, mesmo nestas primeiras instituições já havia a preocupação com a educação, pois ensinavam trabalhos manuais, contava-se histórias com gravuras, e as crianças deviam aprender noções de moral e religião. E com o passar dos anos, foi ficando mais clara a pedagogia com as práticas aplicadas nestas instituições,

[...] a escola de Robert Owen, criada no ano de 1816 em New Lanark, na Escócia, também é um exemplo de que essas instituições foram pensadas na perspectiva pedagógica, já que sua escola recebia crianças de dezoito meses até vinte cinco anos de idade e tinha como objetivo trabalhar lições que abordavam a natureza, exercícios de dança e de canto coral. Os materiais didáticos tinham um propósito educativo, porque possibilitavam às crianças o desenvolvimento do raciocínio e o julgamento correto diante das situações propostas pelo professor (PASCHOAL, 2009, p.81).

Com a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 é que a educação infantil foi inserida como primeira etapa da Educação Básica passo importante que segundo a mesma autora:

A partir dessa Lei, as creches, anteriormente vinculadas à área de assistência social, passaram a ser de responsabilidade da educação. Tomou-se por orientação o princípio de que essas instituições não apenas cuidam das crianças, mas devem, prioritariamente, desenvolver um trabalho educacional (PASCHOAL, 2009, p. 85).

Iniciou-se então uma pedagogia onde a criança passa a ser o foco da aprendizagem e a didática aplicada auxiliaria o professor nas relações e mediações com aluno e, como complementa Rocha (2001), as pesquisas pedagógicas

[...] têm tomado como ponto de partida a própria definição da Didática e de seu objeto, traçando uma delimitação que a situa no âmbito das relações de ensino-aprendizagem. Desta delimitação depende o entendimento do que há de geral na Didática e o que se coloca nas didáticas específicas (ROCHA, 2001 p.30).

A definição da autora indica que a educação deve ser direcionada por meio da didática aplicada, priorizando uma diferenciação nos conteúdos e a organização das atividades, levando em conta a idade e também o processo de ensino aprendizagem na qual se encontram.

Nesta linha Paschoal (2009) indica o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil de 1998 como sendo um grande contribuidor na implementação de práticas educativas nos Centros de Educação Infantil: “[...] foi concebido de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre os objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam com crianças de zero a cinco anos de idade” (PASCHOAL, 2009, p. 86).

A autora ainda complementa que esse documento subsidia a organização das instituições para que possibilitem às crianças desenvolver capacidades como:

- desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista

com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;

- observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;

- brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades; • utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;

- conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade (BRASIL, 1998a, p. 63, v. 1 apud PASCHOAL, 2009, p. 87).

Essas capacidades citadas pela autora e apresentadas pelo Referencial Curricular Nacional, são fundamentais para o desenvolvimento da criança. Pois, as práticas das instituições na educação infantil devem seguir este documento, afim de trabalhar e oferecer às crianças condições necessárias para desenvolver tais habilidades. Portanto, o Referencial Curricular tornou possível oferecer às crianças uma educação adequada a sua idade. E conforme Paschoal (2009):

Para que esses objetivos sejam alcançados de modo integrado, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998a) sugere que as atividades devem ser oferecidas para as crianças não só por meio das brincadeiras, mas aquelas advindas de situações pedagógicas orientadas (PASCHOAL, 2009, p. 88).

Em vista disso, assim como as brincadeiras que podem conter regras e conteúdos, as práticas pedagógicas usadas também devem ser orientadas para que as crianças percebam que são capazes de realizar atividades direcionadas respeitando os critérios e a organização do professor.

Atualmente, é reconhecido que existem muitas leis que norteiam as práticas pedagógicas na Educação Infantil, porém, há de se convir, que ainda há muito a ser trabalhado para que essas práticas sejam aplicadas com qualidade. A autora ressalta ainda que:

Muitos foram os avanços previstos na legislação, inversamente, muitos retrocessos acompanham a trajetória histórica dessas instituições, já que, do ponto de vista prático, o trabalho realizado no interior de muitas delas se restringe mais aos cuidados físicos relacionados à higienização e à alimentação do que propriamente um trabalho voltado aos aspectos educativos. A alta rotatividade no emprego, a falta de opção em relação a outros serviços, a baixa assiduidade e as características individuais de personalidade de cada profissional também interferem nesse processo (PASCHOAL, 2009, p. 90).

Paschoal e Rocha concordam em afirmar que as práticas pedagógicas foram evoluindo no decorrer da história sempre em benefício das crianças de menor idade, onde para Rocha, “estão em jogo na Educação Infantil as garantias dos direitos das crianças ao bem-estar, à expressão, ao movimento, à segurança, à brincadeira, à natureza, e também ao conhecimento produzido e a produzir” (ROCHA, 2001, p.32) e para Paschoal, “o importante é que a educação de qualidade da criança pequena possa ser reconhecida não só no plano legislativo e nos documentos oficiais, mas pela sociedade como um todo” (PASCHOAL, 2009, p.92).

Neste contexto histórico, a organização curricular da educação infantil e os conteúdos são a base legal e institucional para a formação do aluno, contudo é necessário que estes estejam de acordo com a realidade escolar, assim como, os profissionais tenham conhecimento e compreensão da importância de seu trabalho para a comunidade escolar. Pois é pensando nas práticas diárias, na maneira em que se trabalham os conteúdos e como são aplicados para os alunos, é que a organização do currículo é essencial na educação infantil, a fim de proporcionar por meio do planejamento dos conteúdos as vivências pedagógicas transformadas em habilidades.

Para Júlia Oliveira-Formosinho, (2007), as gramáticas pedagógicas, foram uma das grandes conquistas da história da pedagogia, portanto,

A gramática pedagógica operacionaliza-se por meio de uma perspectiva ou modelo pedagógico. O modelo pedagógico baseia-se em um referencial teórico para conceitualizar a criança e o seu processo educativo e constituiu um referencial prático para pensar antes-da-ação, na ação e sobre-a-ação. Ou seja, o modelo pedagógico permite concretizar no cotidiano do terreno uma práxis pedagógica. [...] A gramática pedagógica dispõe, portanto, de teoria e de uma base de conhecimentos explícita, desde o nível fundamentador da filosofia educacional, passando pelos níveis de

uma teoria de ensino-aprendizagem até o nível da conseqüente teoria de avaliação educacional (FORMOSINHO, 2007, p.29).

Neste sentido, é que a organização dos conteúdos é de fundamental importância no ambiente escolar, pois além de demandar conhecimento para ser construída, tal organização pressupõe uma perspectiva de articulação interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

Júlia Oliveira-Formosinho (2007), destaca ainda que o modelo curricular não se trata de uma mera receita para a reprodução, mas sim um apoio para o professor alicerçar seu trabalho, sendo ele o mediador pedagógico da aprendizagem, deve proporcionar às crianças uma diversidade de conteúdos de forma interdisciplinar. Desta forma, o modelo curricular mostra a complexidade das dimensões pedagógicas que busca,

Orientar e organizar ainda a compreensão das inter-relações entre todas essas dimensões; a compreensão das interfaces entre essas dimensões e as áreas curriculares integradas; as interfaces de escola com a comunidade educativa (as famílias, os pais); as interfaces da educação infantil com a creche e o ensino fundamental. O modelo curricular é um importante andaime para apoiar o professor na procura de um cotidiano com intencionalidade educacional, em que as crianças envolvam-se, persistam, aprendam e desenvolvam um habitus para aprender. [...] É a ação do educador, reflexiva sobre si próprio, comunicativa com o modelo curricular que co-construiu, partilhada com os seus pares. Disso se conclui que o modelo curricular é uma condição necessária, mas não suficiente para a construção de um modelo pedagógico (FORMOSINHO, 2007, p. 30).

Portanto, os conteúdos são entendidos, como elementos fundamentais que permitem ao sujeito-aluno administrar algo novo, que antes não se conhecia ou não se sabia fazer. Enfim, as dimensões curriculares e os conteúdos são tudo aquilo que se aprende, ou se poderia aprender. Esses conteúdos precisam ter significados, seja como realidades socialmente construídas, ou a partir de intercâmbios de cultura que é ofertado para o aprendizado dos alunos.

Neste contexto, faz-se necessário, questionar, refletir as formas de seleção e a organização destes conteúdos, além da construção do próprio projeto pedagógico. É a partir dessa perspectiva, que reinventar os currículos e a cultura escolar torna as práticas pedagógicas estáveis e entendidas, pois reinventar implica em

reconstruir/desconstruir, buscando compreender que para desconstruir é necessário vivenciar esta cultura.

CONTRIBUIÇÕES DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E A RELAÇÃO PROFESSOR ALUNO NA ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO E CONTEÚDO ESCOLARES

Conforme a sociedade se modifica, a história, os conceitos de educação e de formação também são alterados de acordo com o contexto social, histórico e político de cada época. Neste sentido, de acordo com Júlia Oliveira-Formosinho (2007), a organização do tempo e do espaço em educação nos leva ao planejamento, ou seja, organizar o cotidiano requer pensar no estabelecimento de uma sequência de atividades diárias, onde se faz necessário conhecer a cultura da instituição escolar, bem como, o grupo de alunos com o qual se trabalha. Portanto, para conhecer as necessidades, as vontades e como os alunos se desenvolvem, é necessário considerar o contexto histórico cultural, no qual as crianças estão inseridas, afim de promover o ensino-aprendizagem e uma educação de qualidade.

Para Chicarelle (2010), a escola tem um papel insubstituível na vida do sujeito, sendo ela quem oferece conteúdos específicos na apropriação da experiência culturalmente acumulada, pois as atividades escolares tem a intenção de tornar acessíveis os conteúdos sistemáticos científicos, ou seja, transformá-los em conhecimento formalmente organizados. Portanto, a apropriação desses conhecimentos possibilitará ao ser humano novas formas de pensamentos e sua inserção e atuação na sociedade em que está inserido.

A autora ressalta ainda que,

[...] desse modo, o que se propunha era a progressiva articulação das diferentes formas de linguagem e ludicidade em um ambiente escolarizado, no qual a aprendizagem, a socialização e a constituição de identidades pudessem se desenvolver adequadamente. Que maravilhosa seria a educação infantil, se todos esses fatores não estivessem expressos apenas nos documentos! (CHICARELLE, 2010, p.189).

Assim sendo, os conteúdos a serem trabalhados na educação infantil, buscam articular o conceito por meio da concepção de conhecimento, visando à totalidade que engloba os conceitos individuais, sociais, cognitivos e afetivos. Neste sentido, a aprendizagem é entendida como um processo social que busca a variedade nas formas de ensinar e aprender, devendo reconhecer as competências e as individualidades de cada criança.

A organização curricular, ou seja, o Currículo é entendido como o conjunto de situações-experiências propiciadas aos alunos pela Instituição de Ensino, pois envolve todas as experiências que o aluno vive dentro e fora da escola. O currículo também deve ser flexível, pois pode ser atualizado constantemente acompanhando a evolução da ciência e da tecnologia, adequando às necessidades sócio culturais, as condições reais da Instituição Escolar, a faixa etária dos alunos e seus interesses reais. Além do mais, a organização dos conteúdos deve ser compatível com a política educacional.

Vale ressaltar sobre a importância de elaborar o plano de atividade, pois reflete o compromisso do trabalho a ser realizado com as crianças, além de demonstrar e transmitir segurança e domínio do conteúdo a ser realizado. Pois é a partir de um bom planejamento que o professor e a criança se auto avaliam constantemente. O ato de planejar o currículo, permite uma organização das tarefas, trabalhando e respeitando o ritmo e as individualidades de cada uma.

Conforme Elias e Sanches (2007), com relação à construção de uma educação para a cidadania, o intuito de Freinet

[...] era elaborar técnicas pedagógicas que contribuíssem para a transformação do processo educativo. O ideal era possibilitar a todas as crianças, independente da classe social, o acesso a uma educação que lhes promovesse o desenvolvimento e a cidadania. Que todas elas, como ele mesmo afirma, tivessem atividades não só escolares, mas também sociais e humanas.

[...] Seu objetivo, sempre foi o de dinamizar as atividades escolares, por meios que levassem as crianças a se comunicarem e a expressarem os seus pensamentos, construindo pontos de vista próprios em relação ao mundo vivido e superando a visão de que o conhecimento não está apenas nos manuais escolares (ELIAS; SANCHES, 2007 p.165).

Portanto, é dever do professor da Educação Infantil, dominar os conteúdos para a sistematização de um planejamento que tenha sentido e significado para as

crianças, podendo ser repensado a partir das necessidades da prática. Assim, o estabelecimento de objetivos claros a respeito do que se pretende ensinar, devendo organizar as atividades de forma a criar meios possíveis de mobilizar os processos mentais e habilidades dos alunos.

Sendo assim, por meio da atitude de planejar, agir e retomar as práticas realizadas faz com que o desenvolvimento das capacidades sejam cada vez mais aprimorado. Neste contexto, o que promove a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos é oportunizar diferentes linguagens, envolvendo atividades significativas, como: jogos, contos, músicas, desenhos e brincadeiras, que mediadas pelo professor, proporciona às crianças de acordo com a cultura que está inserida o desenvolvimento pleno do educando.

Ao discutir a pedagogia de Freinet, Elias e Sanches (2007), propõe um ensino - aprendizagem voltado para a cooperação e para a prática escolar direcionada à realidade em que as crianças estão inseridas, bem como, os interesses da criança motivados pela ação e mediação do professor. Portanto, cabe ao aluno, “ser participante ativo no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação do trabalho escolar”. Pois a escola,

[...] é o lugar onde a criança deve aprender fatos importantes para a vida em sociedade, assim como também, [...] introduzir o aluno na lógica do trabalho, devendo torná-lo crítico e questionador, capaz de superar suas desvantagens de classe. Conhecer é muito mais que memorizar, é construir dialeticamente o conhecimento, por uma relação dialógica, cooperativa, multidisciplinar, enfrentando as limitações materiais (ELIAS; SANCHES, 2007, p.157).

Enfim, as tarefas pedagógicas tem como prioridade estruturar a classe, dar significado as impressões existentes na criança, e às novas experiências, a fim de proporcionar à criança a exploração de seu potencial latente. Devendo reconhecer nas crianças suas experiências pessoais, dentro de uma organização que satisfazem os interesses das crianças, a aquisição de conteúdos, explorando o conhecimento livre e espontâneo, que foque o ensino- aprendizagem.

Neste contexto, a interação é fundamental pois o acesso ao saber depende da qualidade do ensino que lhe é ofertado, pois a relação ensino e aprendizagem são fenômenos complexos, pois a escola está inserida em um contexto social, que sofre interferências por diversos fatores de ordem social, político e econômico.

Portanto, o desenvolvimento do aluno varia de acordo com a qualidade do trabalho pedagógico.

Com relação às interações, cabe ao professor permitir que essas interações aluno/aluno e professor aluno, ocorram na sala de aula. Promovendo condições necessárias para a produção de conhecimentos, que permitam aos alunos o diálogo, cooperação e troca de informações mútuas, onde todos assumem uma responsabilidade em prol do objetivo comum.

Neste sentido, essa prática escolar, busca considerar o sujeito ativo interativo no seu processo do conhecimento, a fim de garantir a intervenção pedagógica do professor, por meio da mediação das situações entre alunos com objetivos de conhecimento para construir o desenvolvimento individual nas crianças.

Portanto, para compreender os métodos de ensino e as relações entre aluno e professor, Mônica A. Pinazza (2007), afirma que

A escola tem uma tarefa política na formação dos indivíduos, pois pode representar um espaço de discussão das dificuldades sociais, favorecendo o desenvolvimento da capacidade de discriminação das questões da vida real. Nesse processo cabe ao professor buscar uma compreensão das forças que emanam da convivência social, transportando suas reflexões ao plano de decisões na prática pedagógica. Para construir essa consciência, é preciso que ele mantenha contato com fatos e pessoas de outras instâncias da vida comunitária (PINAZZA, 2007, p. 82).

Sendo assim, as experiências diferenciadas, criativas, que permitam as muitas manifestações das crianças, sejam elas corporais, verbais, artísticas, gráficas, lúdicas ou culturais são elementos fundamentais para a promoção da aprendizagem, do desenvolvimento e da capacidade de se relacionar. Enfim, para que as crianças possam perceber problemas, levantar sugestões, fazer interferências e interpretações, é necessário compreender que os métodos de ensinar e aprender, para o autor

devem criar condições que estimulem, promovam e ponham à prova o pensamento reflexivo. Contudo, os métodos educativos, por vezes, presumem experiência por parte dos alunos. Mesmo nos jardins-de-infância, a ansiedade por chegar a objetivos intelectuais tende a fazer com que se omita ou se reduza o tempo de experiência primária da criança com os objetos, prevalecendo como guias as intuições e as perspectivas do adulto. Assim como o cientista deve apropriar-se de seu objeto de investigação em um laboratório,

também a criança deve ter tempo para interagir com o material (PINAZZA, 2007, p. 80).

Nesta perspectiva, o brincar em especial na educação infantil, constitui uma rica possibilidade de expressão infantil, revelando os modos de uma criança fazer-se presente no mundo, marcando sua identidade e participação na cultura. Pois o brincar e aprender são processos recíprocos, que se completam além se serem um processo de atividade intelectual que precede o conhecimento da realidade da criança.

A partir de uma interação constante entre os aspectos biológicos e a cultura, é que o educando passa a criar hipóteses e explicações. Pois, à medida que vão tendo contato com vários sujeitos de sua cultura, é que são capazes de desenvolver e determinar sua condição de vida, por meio das vivências e experiências do cotidiano.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: INSTRUMENTO IMPORTANTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), a Proposta Pedagógica ou o Projeto Político Pedagógico (PPP),

[...] é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. É elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar (BRASIL, 2010, p. 13).

Todo projeto pressupõe rupturas com o presente e promessas para o futuro, portanto o PPP, vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. Para Veiga (2003), o Projeto Político-Pedagógico ao constituir-se em um processo democrático, proporciona a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo,

Neste contexto, é necessário que a Proposta Pedagógica esteja bem fundamentada e organizada, pois se o mesmo não estiver bem fundamentado, a

escola não conseguirá atingir suas metas propostas no planejamento inicial do ano letivo. Sendo assim, o projeto que se constrói na escola, é um projeto político, porque forma o cidadão, também é pedagógico, pois é regido pelas ciências da educação e suas decorrentes formas de realizar as metodologias pedagógicas.

Nesta perspectiva é necessário compreender o projeto pedagógico da escola como um documento que deve estar em sintonia com as necessidades da comunidade onde está inserida. Portanto o projeto deve ser construído na escola e para a escola, com a participação de todos envolvidos no processo educacional.

Portanto, o projeto político pedagógico é a própria organização do trabalho pedagógico como um todo, em suas especificidades, níveis e modalidades. Neste sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) afirmam que

Ao elaborar seu projeto educativo, a escola discute a explicita de forma clara os valores coletivos assumidos. Delimita suas prioridades, define resultados desejados e incorpora a auto-avaliação ao trabalho do professor. Assim, organiza-se o planejamento, reúne-se a equipe de trabalho, provoca-se o estudo e a reflexão contínuos, dando sentido às ações cotidianas, reduzindo e improvisação e as condutas estereotipadas e rotineiras que, muitas vezes, são contraditórias com os objetivos educacionais compartilhados (BRASIL. 1997, p. 49. v.1).

Dessa forma, o resultado que se espera é a possibilidade dos alunos participarem de uma experiência escolar coerente e bem-sucedida. Pois, para Veiga (2002), o projeto político pedagógico visa uma organização formal do trabalho pedagógico na escola, assim como a qualidade do processo escolar, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, permeando as relações no interior da escola diminuindo as fragmentações do currículo e a divisão do trabalho, que reforça e fortalece as diferenças e a hierarquização dos poderes de decisão.

Neste contexto, o professor, mediante sua atitude de planejar, agir e retomar sua prática contribui para o desenvolvimento das funções cada vez mais especializadas. A tarefa do professor é fundamental pois é capaz de criar condições no aluno de expressar ideias, sentimentos, sensações, compartilhar suas produções com os parceiros, produzir e adquirir novos conhecimentos, além de estar sempre atento com o desenvolvimento das tarefas propostas e as oportunidades de crescimento que o aluno venha contemplar.

Em vista disso, é importante que sejam o PPP, também contemplem propostas de atividades que favoreçam a exploração do ambiente em que vivem - passeios, excursões, atividades de exploração da natureza, teatro de bonecos, com fantoches, dramatizações, literaturas infantis, das artes, dos movimentos. A criança deve ser estimulada a aperfeiçoar o seu desempenho, levando-a acreditar que é capaz de realizar as diversas atividades, buscando superar suas limitações.

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), vale ressaltar que

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2010, p. 18).

Portanto, os PCNs nos revelam a necessidade de uma avaliação inicial e uma final, mas as mesmas não deverão acontecer unicamente nos inícios ou finais de bimestres ou semestres. Ao contrário, deve acontecer sempre que novos conteúdos forem introduzidos. Sendo assim, a avaliação trás um diagnóstico sobre como está se desenvolvendo o processo de ensino e aprendizagem, se os objetivos propostos e planejados pelo professor estão sendo contemplados de maneira significativa.

Neste sentido, realizamos uma análise bibliográfica e documental de dois projetos políticos pedagógicos, onde um deles é Municipal e o outro é Estadual, ambos são públicos e gratuitos, porém com conceitos e regras diferenciadas. A seleção e a organização dos conteúdos, conhecimentos e as atividades realizadas também são distintos, pois no PPP Municipal, apesar de ainda estar em construção, podemos perceber que a apropriação da cultura está baseado nas condições concretas de sua existência, assim como, o brincar e o cuidar, a construção de sua identidade, aprender a conviver com as diferenças, o uso da linguagem oral, as práticas de leituras e de escrita, música, artes, natureza e sociedade, entre outros conteúdos e atividades fazem parte do currículo da instituição municipal de ensino.

Com relação ao PPP da instituição estadual, aparenta ser bastante diferenciado, pois o mesmo já se encontra concluído, apresenta uma organização dos conteúdos, por meio de objetivos claros, buscando oportunizar a criança, diferentes linguagens. Assim como, respeitar e ampliar progressivamente as

relações sociais, os direitos individuais e coletivos; respeitar as diversidades de expressões culturais; promover a oportunidade para o desenvolvimento físico, intelectual, desenvolvendo atitudes de ajuda e cooperação. Criar condições para o brincar e movimentar-se nas suas diferentes formas, como forma de expressar emoções, sentimentos, pensamentos, curiosidades, desejos e necessidades.

O PPP desta instituição, busca também uma valorização na expressão, nos desejos, nas preferências e vontades das crianças nas escolhas de brinquedos, objetos e espaços para brincar, músicas e cantigas, regras de convivência social, higiene corporal e do ambiente, controle de esfíncteres, além de alimentação bastante variada, onde as crianças são independentes para escolherem sua alimentação. De acordo com o projeto são trabalhados na educação infantil, desenhos, pinturas, recortes, colagens, construção de maquetes, roda de conversa, arte, natureza, meio ambiente, as ações de cooperação, solidariedade, assim como as características pessoais (gênero, etnia, peso e estatura), também fazem parte da organização deste currículo. Neste contexto, podemos afirmar que ambos os PPP(s), possuem uma organização curricular, com relação ao mesmo, os PCNs (1997), destacam a importância em se organizar o currículo e os conteúdos, pois,

a integração curricular assume as especificidades de cada componente e delinea a operacionalização do processo educativo desde os objetivos gerais do ensino fundamental, passando por sua especificação nos objetivos gerais de cada área e de cada tema transversal, deduzindo desses objetivos os conteúdos apropriados para configurar as reais intenções educativas. Assim, os objetivos, que definem capacidades, e os conteúdos, que estarão a serviço do desenvolvimento dessas capacidades, formam uma unidade orientadora da proposta curricular.

[...] os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam questões de tratamento didático por área e por ciclo, procurando garantir coerência entre os pressupostos teóricos, os objetivos e os conteúdos, mediante sua operacionalização em orientações didáticas e critérios de avaliação. Em outras palavras, apontam o que e como se pode trabalhar, desde as séries iniciais, para que se alcancem os objetivos pretendidos.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, optou-se por um tratamento específico das áreas, em função da importância instrumental de cada uma, mas contemplou-se também a integração entre elas. [...] As questões sociais abordadas são: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural.

[...] os conteúdos são considerados como um meio para o desenvolvimento amplo do aluno e para a sua formação como cidadão. Portanto, cabe à escola o propósito de possibilitar aos alunos o domínio de instrumentos que os capacitem a relacionar

conhecimentos de modo significativo, bem como a utilizar esses conhecimentos na transformação e construção de novas relações sociais.

[...] apresentam os conteúdos de tal forma que se possa determinar, no momento de sua adequação às particularidades de Estados e Municípios, o grau de profundidade apropriado e a sua melhor forma de distribuição no decorrer de escolaridade, de modo a construir um corpo de conteúdos consistentes e coerentes com os objetivos (BRASIL, 1997, p. 57-58. v. 1).

Sendo assim, os embates, avanços e retrocessos da organização do currículo requer um olhar atento para o entendimento também das crianças em relação ao que lhes é ensinado, como e se os conteúdos são realmente absorvidos, e se há o entendimento por parte dos alunos, de modo a interferir em sua interação social. Desta forma, é plausível a busca pela compreensão de como se comportam os profissionais diante dos conteúdos e currículos escolares e se a forma como estes atuam na educação infantil se faz eficaz. Nesta perspectiva, é que o aprendizado é um processo que ocorre na vida dos indivíduos e está diretamente relacionado às vivências, as observações e ao convívio social, ou seja, para garantir o ensino e aprendizagem com qualidade é necessário que o professor organize e realize mediações, que visem momentos e situações de interação entre as crianças com o ambiente, de maneira real, cooperativa e versátil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da execução deste trabalho foi possível compreender que a organização curricular na educação infantil, é de suma importância pois visa a construção de uma proposta pedagógica e curricular, exigindo um entendimento e uma compreensão mais detalhada do desenvolvimento integral da criança, seja por meio do cuidar, do educar, ou a sua prática social e o meio em que o aluno está inserido.

Em relação ao contexto histórico na educação infantil, muitas modificações e transformações ocorreram com o passar do tempo. Portanto, é necessário que o desenvolvimento do processo da aprendizagem esteja adequado a faixa etária de cada criança. Sendo assim, a organização do currículo é fundamental no ambiente escolar, pois pressupõe a articulação interdisciplinar dos conteúdos, voltada para a garantia de uma educação de qualidade na educação infantil.

Ao analisar a organização do currículo e dos conteúdos escolares, ao longo de seus embates, avanços e retrocessos, leva-nos a questionar e refletir se as práticas realizadas estão condizentes com os planejamentos e com o projeto político pedagógico. Neste sentido, a organização do currículo e pedagógica da instituição de ensino é fundamental, para garantir ao educando a apropriação do conhecimento, levando em consideração o meio em que a criança está inserida, a fim de ampliar suas práticas sociais.

Portanto, cabe ao professor, considerar os aspectos particulares que determinam o caráter da criança, assim como, proporcionar acesso a cultura elaborada, ao conhecimento científico, de forma lúdica, respeitando o ritmo, o tempo, o espaço de cada uma, assim como também, o professor deve mediar todas as situações e saber direcionar seus alunos e fazê-los desenvolver suas capacidades intelectuais e físicas.

Um aspecto crucial é o olhar atento para o entendimento das crianças em relação ao que lhes é ensinado, como e se os conteúdos são realmente absorvidos de modo a interferir em sua relação social. Sendo assim, a organização dos conteúdos vem com um aspecto essencial na busca de uma educação de qualidade, pois, é por meio da atitude de planejar, agir e retomar as práticas realizadas que o desenvolvimento das capacidades das crianças são cada vez mais aprimoradas.

Promover a aprendizagem e o desenvolvimento nos alunos é garantir diferentes linguagens e atividades significativas como jogos, contos, desenhos, brincadeiras, músicas. Entendemos que, munidos deste conhecimento, o professor estará preparado para respeitar as crianças e será capaz de entender e proporcionar a estes alunos ir além do mundo em que vive, para que possa compreender o todo, ou seja, deve transformar a conhecimento cotidiano, suas vivências em conhecimento científico. Tal posição contribuirá para o desenvolvimento da imaginação da criança e de sua capacidade de representação, o que ajudará a elaborar, de maneira organizada, o mundo que a rodeia e futuramente saber questionar a sua própria realidade.

Este estudo bibliográfico e documental permitiu concluirmos que é dever do professor dominar os conteúdos e sistematizá-los a partir do planejamento, podendo ser repensado de acordo com as necessidades da prática. Assim ao estabelecer objetivos claros e uma organização das atividades que se pretende ensinar, facilitam a compreensão e o entendimento dos alunos, ampliando e transformando os processos cognitivos, motores e mentais em habilidades nos mesmos.

Enfim, o resultado que espera nesta pesquisa é que os alunos tenham a possibilidade de participarem de uma experiência escolar bem-sucedida e condizente com o projeto político pedagógico e o planejamento escolar, buscando estimular o sentido de responsabilidade e de comprometimento com a educação das crianças, ou seja, a escola deve buscar um ideal comum: fazer com que todos os alunos aprendam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC / SEF, 1997. v. 8. 146p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC / SEF, 1997. v. 1. 126p.

BRASIL. Ministério da Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica.** – Brasília: MEC, SEB, 2010. 36 p. : il. – Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009.

CHICARELLE, Regina de Jesus. **O lugar da fala da criança na ação docente em instituições de educação infantil.** 223 f. tese (Doutorado)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FORMOSINHO, Júlia Oliveira. **Pedagogia (s) da infância: dialogando com o passado: construindo futuro.** In: Júlia Oliveira – Formosinho, Tizuko Morchida Kishimoto, Mônica Appezzato Pinazza, (Orgs). Porto Alegre: Artmed, 2007. 328 p.: il.; 23 cm.

GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação contínua, estatuto na prática e estágio na formação de educadores.** In:_____ Formação de professores na Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 2009, p. 67-82.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Planejamento na Educação Infantil: mais que a atividade, a criança em foco.** Campinas SP: Papyrus, 2000. p.175-200.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A História da Educação Infantil no Brasil: Avanços, Retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line** - Campinas, n.33, p.78-95, mar. 2009.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. A pedagogia e a educação infantil. **Revista Brasileira de Educação.** nº 16. p. 27-34, Jan/Fev/Mar/Abr 2001.

SANTOS, Maria de Lourdes Cardoso da Silva. **Organização curricular: considerações legais e teóricas para a ação do professor da educação básica.** UNAR (ISSN 1982-4920), Araras, SP, v.2, n.2, p.23-33, 2008.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção coletiva.** 14ª edição Papyrus, 2002

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Inovações e projeto político-pedagógico: Uma relação regulatória ou emancipatória?** Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003.

VIGOTSKY, Lev Seminovich. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKY, Lev Seminovich, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Trad. Maria da Penha Villalobos. 9. Ed. São Paulo: Ícone, 2001. P. 103 – 142.